

SINTSS - PÁGINA 2

Categoria dá prazo de dez dias para o governo apresentar estudo conclusivo, acerca da implantação das 36h na FUNSAU/HRMS.



POLÍCIA CIVIL - PÁGINA 7

Chapa Fortalecendo a Classe vence eleição para diretoria do Sinpol-MS

COLIGAÇÃO TENTA CENSURAR JORNAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MS



GESTÃO - PÁGINA 8

ACP festeja edital com regras e prazos para eleições de diretores da REME

CASSEMS - PÁGINA 3

Campanha de Vacinação Antigripe é lançada na '8ª Corrida Saúde'

SINDIJUS - PÁGINA 2

Como coordenador da Fenajud, Fabiano Reis visita ex-ministra do CNJ

O jornal criado pelo Fórum de Servidores do Estado, formado por várias entidades da categoria, para se contrapor à mídia local que costuma proteger o governador, foi acusado pela coligação Avançar com Responsabilidade, que forma a aliança em torno do governador de Mato Grosso do Sul de ser apócrifo. O jornal que a coligação de Azambuja chama de apócrifo tem mais de 90 edições impressas e online com informações que contribuem para a luta da categoria. **Páginas 4 e 5**

Em Audiência Pública, professores denunciam exclusão social e precarização do ensino provocadas pela Reforma e BNCC do Ensino Médio

Documento exigindo a revogação da BNCC foi aprovado na quinta-feira pela plenária e será encaminhado ao Ministério da Educação. **Página 6**



Categoria dá prazo de dez dias para o governo apresentar estudo conclusivo, acerca da implantação das 36h na FUNSAU/HRMS

II Aconteceu no início da tarde de quinta-feira (30), a Assembleia Geral Estadual do SintssMS, no Pátio do Hospital Regional de Campo Grande.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A direção do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL NO MATO GROSSO DO

SUL (SINTSS/MS) apresentou um relato das negociações “acerca da redução da Jornada de Trabalho para 36 horas, no âmbito da FUNSAU/HRMS” conforme consta no edital.

Após o debate, a Assembleia da categoria deliberou por dar prazo de 10 dias, para que o governo do Estado apresente o estudo conclusivo,

acerca da implantação das 36 horas de trabalho no âmbito da FUNSAU/HRMS.

Estudos da OMS (Organização Mundial de Saúde) indicam que a redução da carga horária melhora a saúde física e mental do trabalhador da saúde, que assim poderá realizar um trabalho mais adequado e saudável aos usuários.



Assembleia SintssMS 30 Ago 2018. Foto: Sérgio Souza Júnior

TENENTE MONACO
DEPUTADO FEDERAL
PELA DEFESA DO CIDADÃO DE BEM

f Tenente Monaco
@tenentemonaco
tenentemonaco

PHS

3190

Valor: R\$ 50,00 cnpj: 31.242.525/0001-67

servidorpúblico.MS

jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul
Jornal de distribuição dirigida com atualização diária na internet pelo endereço www.servidorpublicoms.com.br - Circula domingo na Av. Afonso Pena, nos órgãos públicos, autarquias e empresas públicas federais, estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul.

Jornalista Responsável: Cláudio Souza - DRT 411 MS
REDAÇÃO: (67) 99257-9847
servidorpublico.ms@gmail.com | www.servidorpublicoms.com.br
Avenida Guaicurus, 4.147 - Alves Pereira - Campo Grande - MS

COORDENADOR DA FENAJUD

Fabiano Reis visita ex-ministra do CNJ

II O coordenador de assuntos parlamentares da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Fabiano Reis, (vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – SINDIJUS-MS) segue em atividades em Brasília (DF).

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Na quarta-feira (22), acompanhado dos doutores Gabriel Arão e Rúbia Silva, do escritório Gabriel Advogados Associados, em reunião com a ex-ministra do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon. Durante o encontro, os presentes debateram sobre temas que envolvem o judiciário nacional, em



Fabiano Reis durante visita à ex-ministra Eliana Calmon

especial os temas que afetam os trabalhadores e trabalhadoras da esfera estadual.

Fabiano avaliou positivamente o encontro e aponta que o diálogo entre a entidade e a ex-corregedora-geral do CNJ não poderia ter sido melhor. Na ocasião, o coordenador da Fenajud convidou a ex-conselheira para participar do Coletivo Jurídico da Federação, que acontece no

na reunião, disse que “o encontro ressaltou a importância do combate às mazelas do judiciário, principalmente na questão do reajuste [que coloca em xeque os direitos já garantidos dos servidores que atuam no judiciário]. A reunião foi positiva.”

Entre setembro de 2010 e setembro de 2012, Eliana Calmon, atuou como Corregedora-Geral da Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A atuação da magistrada foi marcada por denúncias contundentes, especialmente quando afirmou haver “bandidos de toga” na magistratura. Ela é conhecida no judiciário por suas críticas a alguns magistrados. Inclusive, a ministra iniciou diversas investigações sobre evolução patrimonial de juízes.

dia 26 de setembro de 2018 em Manaus (AM). “A reunião foi muito boa, durante a conversa propomos que ela participasse do evento, visto que sua palestra seria voltada para os trabalhadores e trabalhadoras do judiciário estadual. Nossa luta tem muitos pontos em comum com o que ela defende, isso é importante para a categoria”.

Arão Gabriel, que esteve

Campanha de Vacinação Antigripe é lançada na '8ª Corrida Saúde Cassems'

II A Campanha de Vacinação Antigripe 2019 foi lançada na noite do dia 25, na "8ª Corrida Saúde Cassems". O beneficiário Cassems interessado em se vacinar já pode reservar sua dose pelo Portal do Beneficiário (beneficiario.cassems.com.br) até o dia 30 de novembro. Apenas o titular do plano poderá garantir a sua dose e do seu grupo familiar. Para mais informações, o beneficiário deve ligar na Central de Atendimento (67) 3314-1010. O valor de cada dose é de R\$ 70,00.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

Pelo sétimo ano consecutivo, a Caixa dos Servidores realiza a campanha de vacinação para os servidores públicos e seus familiares com o objetivo de reduzir as interações decorrentes das infecções causadas

pelo vírus influenza. O Sistema Único de Saúde (SUS) distribui a vacina apenas para crianças menores de dois anos, gestantes e idosos acima de 60 anos, considerados grupos de risco. Dessa forma, uma grande parcela da população fica vulnerável ao vírus e suas consequências no período de inverno.

A vacina protege contra os diversos subtipos do vírus da H1N1 e, na Cassems, pode ser tomada a partir dos três anos de idade. É importante saber que os subtipos do vírus podem variar de um ano para o outro. Devido a essa mutação dos vírus, a composição e a produção da vacina também mudam a cada ano. Por essa razão, é necessário se vacinar anualmente contra a influenza. Principais sintomas da gripe: febre alta e calafrios, dor de garganta, tosse e dor de cabeça, nariz entupido e

dores no corpo.

Para a diretora de Assistência à Saúde da Cassems, Maria Auxiliadora Budib, o agendamento é necessário porque a vacina tem sua composição alterada anualmente, devido aos novos vírus que entram em circulação, e os laboratórios atendem aos pedidos apenas no início de cada ano.

"Trabalhamos conforme a solicitação e quem não reservar dificilmente será vacinado, pois não há estoques desses produtos. Os nossos beneficiários são, em sua maioria, servidores públicos que circulam em ambientes de trabalho com muitas pessoas e são expostos aos vírus da gripe. Com a vacinação, teremos a saúde preservada, sem intercorrências clínicas e, assim, diminuimos a taxa de morbimortalidade", explica a diretora.



Interessados já podem reservar sua dose pelo Portal do Beneficiário

Confira o passo a passo para acessar e agendar sua vacina:

1. Com o número da matrícula e senha, o beneficiário titular deverá acessar o Portal do Beneficiário por meio do endereço: <https://beneficiariocassem.com.br>;
2. Após o acesso ao Portal do Beneficiário, acesse a opção "Campanha de Vacinação", disponível no menu lateral esquerdo;
3. Na tela de Vacinas Disponíveis, clique no botão "Agendar";
4. O beneficiário deverá realizar a seleção das pessoas do seu grupo familiar e local de atendimento para participar da Campanha de Vacinação H1N1/2019, gerando o boleto para o pagamento na fase "1 – AGENDAMENTO E PAGAMENTO". Neste momento, o beneficiário tem a possibilidade de gerar boletos individuais ou para todos do grupo familiar. É importante ressaltar que somente será possível garantir a dose após a efetivação do pagamento. Só estarão aptos a participar da Campanha de Vacinação H1N1/2019 os beneficiários Cassems com idade superior a 3 anos completos até 01/04/2019;
5. Após a seleção das pessoas e do local de atendimento, deve-se clicar no botão "Gerar Boleto";
6. Após a leitura do Termo de Responsabilidade, para a continuidade no processo de ingresso na Campanha de Vacinação H1N1/2019, o beneficiário deve clicar no botão "Aceitar", indicando que está de acordo com as normas deliberadas para a referida campanha;
7. Após gerar o boleto, o beneficiário deverá imprimi-lo e pagá-lo;
8. Depois do pagamento e do período de compensação (de no máximo 48 horas úteis), o beneficiário titular deverá acessar novamente o Portal do Beneficiário, seguindo os passos de 1 a 3 e clicar na opção "2-AGENDAMENTO e PAGAMENTO", na coluna "Ações";
9. Na próxima tela, deverá clicar em "Imprimir Protocolo" (protocolo de agendamento individualizado), para apresentá-lo no local, na data e no período marcados para aplicação de sua dose de vacina. Junto com o protocolo de agendamento deverá ser apresentado o Cartão Cassems e um documento oficial com foto;

Coligação tenta censurar o Jorna

II A coligação Avançar com Responsabilidade, que forma a aliança em torno do governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, do PSDB, candidato à reeleição, entrou com uma ação na Justiça contra o jornal Servidor Público – Jornal do Funcionalismo de Mato Grosso do Sul.



Alexandre Costa, secretário de Políticas Sociais da CUT

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

Segundo a coligação formada pelos partidos PSDB, PSD, PMN, DEM, PATRI, PMB, PP, PROS, PSB, PTB, Solidariedade e PPS, o jornal criado pelo Fórum de Servidores do Estado, formado por várias entidades da categoria, para se contrapor a mídia local que costuma proteger o governador, é apócrifo.

O jornal que a coligação de Azambuja chama de apócrifo tem mais 90 edições impressas e online com informações que contribuem para a luta da categoria por melhores condições de trabalho, de renda e de vida e também pela melhoria do atendimento prestado à população de Mato Grosso do Sul.

A matéria que eles pediram para Justiça tirar do ar intitulada “Dono da JBS reafirma repasse de R\$ 70 milhões em propina a Reinaldo Azambuja em dois anos” está na edição de número 90, de 13 de agosto deste ano, e refere-se a uma denúncia contra o governador amplamente

divulgada na mídia nacional, como o G-1.

“A verdade é que eles controlam a mídia comercial local e não queriam de jeito nenhum que o sul-mato-grossense tivesse acesso às denúncias de corrupção contra o tucano”, diz Alexandre Costa, secretário de Políticas Sociais da CUT/MS. “É um ataque à liberdade de expressão, típico de políticos autoritários, como os tucanos, e isso não vamos permitir”.

Para o advogado da ação, Antônio Marcos Porto Gonçalves, a tentativa de censurar o jornal foi absurda. “É de se espantar um governo tentando cercear a liberdade de expressão de um veículo de comunicação por meio da Justiça. Mas na própria decisão o juiz é bem objetivo ao avaliar isso e nós estamos muito tranquilos com o resultado da ação, que foi rejeitada”.

Na segunda-feira (27), o Fórum de Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul divulgou nota

servidor público.MS

jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS
 Segunda-Feira, 13 de Agosto de 2018
 Distribuição Dirigida

www.publico.inf.br

Ano 6 | edição 90

EM DEPOIMENTO À POLÍCIA FEDERAL

DONO DA JBS REAFIRMA REPASSE DE R\$ 70 MILHÕES EM PROPINA PARA REINALDO AZAMBUJA EM DOIS ANOS



Em depoimento para a Polícia Federal o empresário Wesley Batista, um dos donos da JBS, revelou que a propina paga ao governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), candidato à reeleição, chegou a R\$ 70 milhões entre o começo de 2015 e final de 2016. **Página 5**

repudiando a atitude da coligação de Azambuja.

Segundo a nota, a coligação do governador quer “cercear a liberdade de imprensa do veículo de

comunicação impresso Servidor Público MS”.

Na nota, o Fórum dos Servidores ressalta, ainda, que “não vai se calar, e não vai permitir ataques in-

fundados, bem como não vai admitir perseguições a lideranças sindicais e muito menos aceitar calado a tentativa de CENSURA contra a Liberdade de Imprensa que assegura o direito

a qualquer profissional da área de comunicação de publicar informações e notícias informando a verdade dos fatos à sociedade brasileira, sem a mínima interferência do Estado”.

MANIFESTAÇÃO - PÁG. 6

ACP participa na Capital do protesto no Dia do Basta!



CARINHO E ESPERANÇA - PÁG. 4

Projetos do Hospital Cassems de Campo Grande realizam constantes ações de humanização



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PÁG. 7

Fórum dos Servidores se manifesta contrário ao projeto da Previdência e solicita retirada ao relator na CCJ

l dos Servidores Públicos de MS

NOTA DE REPÚDIO

O FÓRUM DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL repudia com veemência o ataque explícito da Coligação Avançar com Responsabilidade (PSDB/ PSD/ PMN/ DEM/ PATRI/ PMB/ PP/ PROS/ PSB/ PTB/ SOLIDARIEDADE/ PPS), encabeçada pelo candidato ao Governo do Estado Reinaldo Azambuja (PSDB), na tentativa de cercear a liberdade de imprensa do veículo de comunicação impresso Servidor Público MS – Jornal do Funcionalismo de Mato Grosso do Sul, por divulgar notícia de conhecimento nacional.

A denúncia de corrupção, com o título “Dono da JBS diz que repassou R\$ 70 milhões de propina para Reinaldo Azambuja em 2 anos”, compõe a edição 90 do jornal, do dia 13 de agosto deste ano. Sendo que o mesmo conteúdo foi publicado no jornal Midiamax, em 06/08/2018, com destaque nos jornais de todo o País.

ERRONEAMENTE, a coligação de Azambuja alega na Representação nº0600934-37.2018.6.12.0000 que jornal seria apócrifo, ou seja, sem apresentar qualquer identificação da fonte originária da qual é veiculado, tratando-se de material anônimo. E pede-se a remoção do conteúdo sob pena de multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00.

Com tamanha INJUSTIÇA, o próprio juiz auxiliar Alexandre Branco Pucci indefere a tutela de urgência solicitada pela coligação e evidencia que análise prévia da página de internet (<http://www.publico.inf.br/>) indica que se trata de publicação virtual, periódica, editada desde abril de 2017 (<http://servidorpublico.webflip.com.br/>

page/3/), cujo expediente do jornal apresenta como jornalista responsável Cláudio Souza - DRT 411 MS, que disponibiliza na página telefone e endereço para contato.

Ou seja, quem está errado? O Jornal do Servidor em divulgar verdades sobre o Governo Reinaldo Azambuja ou a coligação que tenta CALAR a imprensa que dá VOZ aos servidores públicos e informa as lutas e mobilizações por DIREITOS do funcionalismo público sul-mato-grossense?

Por fim, o Fórum dos Servidores ressalta que não vai se calar, e não vai permitir ataques infundados, bem como não vai admitir perseguições a lideranças sindicais e muito menos aceitar calado a tentativa de CENSURA contra a Liberdade de Imprensa que assegura o direito a qualquer profissional da área de comunicação de publicar informações e notícias informando a verdade dos fatos à sociedade brasileira, sem a mínima interferência do Estado.

21 de agosto de 2018



Professores denunciam exclusão social e precarização do ensino provocadas pela Reforma e BNCC do Ensino Médio

II A Audiência Pública “A Reforma e a BNCC do Ensino Médio no centro das atenções: reflexões e críticas” proposta pelo deputado estadual Amarildo Cruz, em parceria com a Fetems, reuniu na tarde de quinta-feira (30), no plenário Júlio Maia da Assembleia Legislativa de MS, especialistas em educação, professores da educação básica e representantes do movimento sindical da educação para cobrar a revogação da BNCC.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Um documento foi aprovado pela plenária e será encaminhado para o Ministério da Educação (MEC), Secretaria Estadual de Educação (SED), ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Conselho Estadual de Educação (CEE/MS).

Desde a explicação dos doutores em educação Felipe Penna (UFF) e Maria Lima (UFMS), passando pelas falas de, Suely Veiga (Fetems) e Lucílio Nobre (ACP), o tom do debate era de denúncia. Os educadores explicaram todos os retrocessos que a Reforma e a BNCC – Base Nacional Comum Curricular trazem para a educação, prejudicando o trabalho dos professores e, principalmente, os direitos dos estudantes



Na quinta-feira (30), um documento exigindo a revogação da BNCC foi aprovado em plenária e será encaminhado ao Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação, ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Estadual de Educação

mais pobres e da classe trabalhadora. A principal mudança da Reforma é a divisão do Ensino Médio em duas partes: uma que seja igual para todos, dedicada à BNCC (apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórias), e a outra, na qual teoricamente o aluno poderia escolher entre os itinerários formativos.

“A lei diz que as escolas públicas são obrigadas a oferecer apenas um itinerário formativo, e quem escolhe são os sistemas estaduais. Um dado relevante sobre isso: mais de 50% dos municípios do Brasil têm apenas uma escola estadual, que oferece o Ensino Médio. Então, onde fica a escolha dos alunos da escola pública? E ainda: da maneira como a reforma foi elaborada, certamente as escolas privadas, de elite, continuarão a oferecer todos

os itinerários possíveis. Eu vejo nessa situação, um caso muito óbvio de segregação social”, alerta Penna.

O pesquisador da educação ainda destaca outros graves prejuízos para o Ensino Médio brasileiro. “Com a formação técnica se tornando um dos itinerários, é necessário que as escolas tenham a estrutura para oferecer a modalidade. Todos sabem que as escolas estaduais não têm essa estrutura. Qual a solução apontada? Professor com ‘Notório Saber’ – não é necessário ter licenciatura para docência; instituições de educação à distância, com ‘notório reconhecimento’, podem ofertar esses itinerários. Isso é muito grave, porque está previsto que 40% do Ensino Médio pode ser feito à distância, em instituições sem nenhuma avaliação criteriosa. No caso da EJA esse percentual sobe

para 100%”, denuncia o professor.

Com a Emenda Constitucional 95, o governo congelou os investimentos em educação pública. Mas para pagamento dessas instituições que seriam contratadas para oferecer esses itinerários, o governo Brasileiro captou uma linha de crédito de 250 milhões de dólares, com o BIRD. “Você promove o sucateamento da escola pública, a desprofissionalização da carreira de professor, e faz empréstimo, com juros altíssimos, para transferir recurso público para instituições privadas?”, questiona o professor Fernando.

A doutora em educação Maria Lima, coordenadora geral dos seminários sobre a BNCC realizados em parceria pela UFMS, Fetems e ACP, aponta alguns fatos que podem explicar essas incoerências.

É necessário e primordial observar os interesses que estão em sintonia com essas reformas. A história de elaboração dos nossos documentos legais revelam intencionalidades sociais, projetos em disputa. BNCC e reforma do ensino médio buscam elitizar o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Essa máscara da possibilidade de escolha do aluno é, na verdade, a ampliação da precarização do Ensino Médio e seu leilão à iniciativa privada”, aponta a pesquisadora.

Maria demonstra os motivos que amparam o pedido de revogação da BNCC. “É nítido o alinhamento aos documentos internacionais de cunho neoliberal. Na própria BNCC são citadas as avaliações da OCDE e do PISA. Esse movimento das reformas curriculares para atender essas demandas não é novo.

O marco do início da mercantilização da educação é a Conferência de Jomtien-Tailândia, em 1990, e o Consenso de Whashington, financiadas pelo banco mundial”, explica.

O presidente da ACP, Lucílio Nobre, reforça toda a luta que o movimento sindical tem feito, na intenção de barrar o desmonte de direitos. “Nada é isolado no atual momento em que vivemos. A ACP tem alertado para o golpe contra a classe trabalhadora iniciado em 2016. De lá para cá, já sofremos a Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos que inviabiliza o Estado brasileiro; no mesmo barco, atendendo aos mesmos interesses estão a Reforma da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio. É um ataque cruel e que precisa ser freado”, ponderou Nobre.

A professora Maria Lima concluiu os efeitos dessa entrega. “A BNCC é elaborada para servir ao capital. Vende-se a educação brasileira! A sensação que temos é de que tudo pode ser vendido. Não sobra nada. Honra, sonho. Nada! Se não reagirmos, estamos corroborando essa coisificação. Por isso a revogação é a única saída para essa reforma”, defende a Profª Dra.

Chapa 2 - Fortalecendo a Classe vence eleição para diretoria do Sinpol-MS

|| Com 75% dos votos válidos, a Chapa 2 – Fortalecendo a Classe venceu a eleição para a Diretoria Executiva do Sinpol-MS para o triênio 2018-2021. O presidente reeleito, Giancarlo Miranda, afirmou que a luta continuará para avançar para valorizar o policial civil. “Vamos continuar unidos, pois temos um mesmo ideal de fortalecer ainda mais a categoria”, declarou.

Também foi eleito o Conselho Fiscal do sindicato para o triênio 2018-2021. A Chapa 2 – Fortalecendo a Classe foi a escolhida com 70%.

O Sinpol-MS agradece a participação de cada sindicalizado no processo democrático da eleição, aos filiados que trabalharam como mesários e fiscais. Também agradece o empenho da Comissão Eleitoral em fazer todo processo transparente e com lisura.

Membros do Conselho Fiscal:

Titular:

ADENIR AUGUSTO FERREIRA

Suplente:

MARCELO DE PAULA MORAES

Titular:

CÉLIO RODRIGUES MONTEIRO

Suplente:

VANDELSON B. DE OLIVEIRA

Titular:

MAX DOURADO A. ANDRADE

Suplente:

ANTONIO MESSIAS DE O. CORTES

 Alessandro Jacometo Diretor Administrativo	 Jaime Martinelli Diretor Administrativo Adjunto	 Wilson Xavier Diretor Financeiro	 Amanda de Amorim Diretora Financeira Adjunta	 Hector Ocampo Diretor Jurídico
 Alessandro Oliveira Diretor Jurídico Adjunto	 Tony Medeiros Diretor de Assuntos Trabalhistas	 Alexandre Barbosa Diretor de Assuntos Trab. Adjunto	 Antônio Bianco Diretor de Aposentados e Pensionistas	 Edmilson da Silva Diretor de Aposentados e Pensionistas Adjunto

ACP comemora publicação de edital com regras e prazos para eleições de diretores da REME

A Gestão Democrática caminha para a consolidação na REME. A Semed (Secretaria Municipal de Educação), publicou no Diógrando n. 5.337, de sexta-feira (31/08), o Edital nº 19/2018/ SEMED de 30/08/2018, que dispõe sobre a realização das eleições diretas para escolha dos diretores e diretores-adjuntos das unidades da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O documento traz todas as diretrizes para processo eleitoral inédito na REME. As eleições serão organizadas por

uma comissão especial composta por servidores designados pela Semed e por um representante da ACP. A vice-presidente do sindicato e membro da comissão que elaborou o projeto de lei da gestão democrática, professora Zélia Aguiar, representará a categoria na comissão. Nas escolas, serão criadas comissões eleitorais que atuarão diretamente na realização e na fiscalização do processo eleitoral em cada unidade.

“Essa é mais uma etapa importante para a implantação efetiva da gestão democrática – uma luta de mais de 20 anos da ACP e dos profissionais da educação. Esta-



O presidente da ACP, Lucílio Nobre, explica como as eleições vão impactar a rotina escolar. “Os candidatos vão demonstrar, por meio de um programa, qual será seu trabalho ao longo dos quatro anos de mandato e a comunidade escolar vai decidir quem tem o perfil para dirigir a unidade. Isso representa muitos avanços, desde a segurança e estabilidade ao diretor e diretora até o fortalecimento da democracia. O ato do voto faz com que a comunidade escolar se aproprie ainda mais desse espaço público que é seu. Além da eleição, a gestão democrática é uma prática que envolve toda a escola e a transforma, por meio dos conselhos escolares, e de toda estrutura democrática que advém com essa mudança”, pontua Nobre.

mos confiantes de que esse processo eleitoral inicia um novo tempo na REME”, comemora Zélia.

O período de inscrições dos candidatos será de 17 a 18 de setembro, e

os interessados devem protocolar sua candidatura junto à comissão especial da Semed. As

eleições acontecerão nas unidades de ensino, no dia 29 de novembro de 2018.

PARA **Eleições**
Diretores
Reme



JÁ

Gestão Democrática
- AGORA É A REME -